

OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO

**DESCONSIDERAÇÃO
DA PERSONALIDADE JURÍDICA
E PROCESSO**

*de acordo com o
Código de Processo Civil de 2015*

**DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
E PROCESSO**

de acordo com o Código de Processo Civil de 2015

© OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

06.2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696d Rodrigues Filho, Otávio Joaquim.
Desconsideração da personalidade jurídica e processo : de
acordo com o Código de Processo Civil de 2015 / Otávio Joaquim
Rodrigues Filho. – São Paulo : Malheiros, 2016.
400 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0336-9

1. Desconsideração da personalidade jurídica. 2. Processo civil.
3. Processo civil - Brasil. 4. Pessoa jurídica. I. Título.

CDU 347.19

CDD 346.0662

Índice para catálogo sistemático:

1. Desconsideração da personalidade jurídica 347.19
2. Processo civil 347.91/.95

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
1.1 <i>O tema a ser desenvolvido e suas limitações</i>	17
1.2 <i>Justificativa de escolha do tema e sua importância</i>	19

PARTE I – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

2. A CONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	25
2.1 <i>Breve histórico sobre a evolução das pessoas jurídicas e a responsabilização de seus membros</i>	25
2.2 <i>As teorias sobre a pessoa jurídica</i>	31
2.3 <i>Noção e requisitos da pessoa jurídica</i>	37
3. A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	
3.1 <i>Os primeiros casos nos tribunais</i>	43
3.2 <i>A concepção inicial da teoria na doutrina estrangeira</i>	49
3.2.1 <i>A sistematização das hipóteses de aplicação da teoria por Rolf Serick</i>	54
3.2.2 <i>A comparação dos sistemas da common law e da civil law pela doutrina de Piero Verrucoli</i>	58
3.3 <i>A doutrina nacional</i>	
3.3.1 <i>A introdução da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil por Rubens Requião</i>	63
3.3.2 <i>A contribuição de José Lamartine Corrêa de Oliveira</i>	64
3.3.3 <i>O desenvolvimento atual da doutrina nacional sobre o tema</i>	66
3.4 <i>Fundamentos fáticos da desconsideração da personalidade jurídica</i>	72

3.4.1	<i>A confusão de esferas</i>	73
3.4.2	<i>A subcapitalização</i>	76
3.4.3	<i>A simples inadimplência a certas espécies de obrigações</i>	79
3.4.4	<i>Fundamentos fáticos da desconsideração da personalidade jurídica para fins diversos da responsabilização</i>	82
3.5	Os fundamentos jurídicos da desconsideração da personalidade jurídica	85
3.5.1	<i>Fundamentos jurídicos: o abuso de direito</i>	88
3.5.2	<i>Fundamentos jurídicos: a fraude</i>	90
4.	OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	92
4.1	Os limites subjetivos de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica	
4.1.1	<i>A responsabilização do Poder Público e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	93
4.1.2	<i>A responsabilização dos gestores das pessoas jurídicas de direito público e de empresas estatais e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	96
4.1.3	<i>A responsabilidade das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	99
4.1.3.1	<i>A responsabilidade dos sócios das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	101
4.1.3.2	<i>A responsabilidade dos sócios ocultos e de terceiros e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	102
4.1.3.3	<i>A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	103
4.2	Limites objetivos de aplicação da teoria: a desconsideração da personalidade jurídica e outros institutos	105
4.2.1	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade civil</i>	105
4.2.2	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade tributária</i>	109

4.2.3	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade societária</i>	111
4.2.4	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a fraude à execução</i>	115
4.2.5	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a nulidade absoluta do negócio jurídico</i>	118
4.2.6	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a simulação</i>	120
4.2.7	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a fraude contra credores</i>	121
4.2.8	<i>A desconsideração da personalidade jurídica e a extensão da falência</i>	125
4.2.9	<i>A responsabilidade de administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	130
4.3	<i>A diversidade de institutos previstos no art. 28 do Código de Defesa do Consumidor/CDC</i>	136
5.	<i>A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA</i>	144
5.1	<i>A prescrição e a decadência: distinção</i>	144
5.2	<i>A prescrição e a decadência na desconsideração da personalidade jurídica</i>	146
5.3	<i>Termos iniciais dos prazos de prescrição</i>	149
5.4	<i>A imprescritibilidade e os prazos extintivos para a desconsideração da personalidade jurídica</i>	152
6.	<i>CONCLUSÕES DA PARTE I</i>	157

**PARTE II – O PROCESSO PARA
A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

7.	<i>DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL</i>	
7.1	<i>Responsabilidade patrimonial</i>	165
7.2	<i>Responsabilidade patrimonial primária e secundária</i>	169
7.3	<i>Desconsideração da personalidade jurídica: responsabilidade secundária</i>	171

7.4	Desconsideração da personalidade jurídica: responsabilidade subsidiária	174
8.	OS MEIOS PROCESSUAIS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	
8.1	A desconsideração da personalidade jurídica no processo civil brasileiro anterior ao CPC de 2015	177
8.2	A desconsideração da personalidade jurídica realizada de forma incidental, segundo o Código de Processo Civil de 2015	183
8.2.1	<i>Processos sobre os quais pode incidir o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, segundo o Código de Processo Civil de 2015</i>	185
8.2.2	<i>Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica a qualquer procedimento</i>	188
8.2.3	<i>A via incidental para a desconsideração da personalidade jurídica com o fim de responsabilização patrimonial</i>	191
8.3	Desconsideração da personalidade jurídica realizada por meio de processo autônomo	195
8.3.1	<i>A desconsideração da personalidade jurídica por meio de processo autônomo que objetiva a responsabilização prevista no art. 82 da Lei Falimentar ..</i>	195
8.3.1.1	<i>A responsabilização prevista no art. 82 da Lei Falimentar como tutela de direitos individuais homogêneos</i>	200
8.3.2	<i>A desconsideração da personalidade jurídica por meio de processo autônomo para a apuração de responsabilidade dos administradores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial</i>	204
8.3.2.1	<i>A responsabilização dos administradores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial como tutela coletiva de direitos</i>	205
8.3.3	<i>Desconsideração da personalidade jurídica por processo autônomo em outras situações</i>	208
9.	A AÇÃO E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	210
9.1	As condições da ação na desconsideração da personalidade jurídica	211

9.1.1	<i>Interesse de agir</i>	212
9.1.2	<i>Legitimidade</i>	216
9.1.2.1	<i>Legitimidade ativa para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica nos processos coletivos</i>	219
9.1.2.2	<i>A legitimidade ativa para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na falência</i>	223
9.1.2.3	<i>A legitimidade do Ministério Público para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica</i>	225
9.1.2.4	<i>A legitimidade do Ministério Público para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na falência</i>	228
9.1.2.5	<i>A legitimidade do Ministério Público para a demanda de responsabilização de controladores e administradores das sociedades sujeitas aos regimes de liquidação extrajudicial</i>	230
9.1.2.6	<i>Legitimidade passiva</i>	231
9.1.3	<i>A possibilidade jurídica agora integrando o mérito da desconsideração da personalidade</i>	235
9.2	<i>Elementos de identificação da demanda de desconsideração da personalidade jurídica</i>	239
9.2.1	<i>Partes na desconsideração da personalidade jurídica</i>	241
9.2.2	<i>Causa de pedir para a desconsideração da personalidade jurídica</i>	246
9.2.3	<i>O pedido na demanda desconsideradora da personalidade jurídica</i>	248
9.2.3.1	<i>Pedido certo ou determinável</i>	249
9.2.3.2	<i>Pedido cumulado</i>	252
9.2.3.3	<i>Inexistência de pedido: desconsideração da personalidade jurídica ex officio</i>	254
9.3	<i>A estabilização da demanda e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	256

10. O PROCESSO E O INCIDENTE PROCESSUAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

10.1	<i>O procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica</i>	261
------	---	-----

10.1.1	<i>O procedimento incidental no Código de Processo Civil de 2015</i>	262
10.1.2	<i>A ausência de procedimento próprio quando a desconsideração for pleiteada com a inicial, conforme as disposições do Código de Processo Civil de 2015: possibilidade de violação à garantia constitucional</i>	267
10.1.3	<i>O procedimento anterior ao processo coletivo destinado à apuração de responsabilidades dos administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial</i>	271
10.2	Competência	274
10.2.1	<i>Relação entre demandas e a influência sobre a competência para a desconsideração da personalidade jurídica</i>	276
10.2.2	<i>Competência para a apreciação da pretensão de desconsideração da personalidade jurídica de sociedade falida</i>	281
10.2.3	<i>Competência: desconsideração da personalidade jurídica e arbitragem</i>	283
10.3	O litisconsórcio	290
10.3.1	<i>O litisconsórcio e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	292
10.3.2	<i>Litisconsórcio facultativo e necessário</i>	293
10.3.2.1	<i>Litisconsórcio facultativo: alternativo, eventual e sucessivo</i>	298
10.3.3	<i>Litisconsórcio comum e unitário</i>	302
10.3.4	<i>Intervenção litisconsorcial voluntária</i>	304
10.4	A desconsideração da personalidade jurídica e a intervenção de terceiros	306
10.4.1	<i>A oposição e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	307
10.4.2	<i>A denúncia da lide e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	308
10.4.3	<i>O chamamento ao processo e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	310
10.4.4	<i>A indicação da autoria na desconsideração da personalidade jurídica</i>	311
10.4.5	<i>A assistência e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	312

10.5	<i>As defesas na desconsideração da personalidade jurídica</i>	315
10.5.1	<i>Meios de defesa na execução quando houver desconsideração da personalidade jurídica</i>	318
10.5.2	<i>Meios de defesa daquele atingido pela desconsideração da personalidade jurídica na execução quando não observado o anterior contraditório</i>	319
10.5.3	<i>A amplitude de defesa daquele atingido pela desconsideração da personalidade jurídica na execução ..</i>	322
10.6	<i>Recursos cabíveis sobre a decisão do pedido de desconsideração da personalidade jurídica</i>	324
10.6.1	<i>A extensão dos efeitos do recurso interposto sobre a decisão da ação principal quanto à pretensão de desconsideração da personalidade jurídica</i>	327
10.7	<i>A impugnação da decisão quanto à desconsideração da personalidade jurídica por ação rescisória</i>	328
10.8	<i>Verbas de sucumbência na desconsideração da personalidade jurídica</i>	
10.8.1	<i>O custo do processo para as partes</i>	330
10.8.2	<i>A sucumbência na desconsideração da personalidade jurídica</i>	332
10.8.3	<i>A sucumbência na desconsideração da personalidade pleiteada incidentalmente aos processos coletivos</i>	336
10.8.4	<i>A sucumbência na desconsideração da personalidade pleiteada incidentalmente à falência</i>	340
10.9	<i>A coisa julgada e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	342
10.9.1	<i>O alcance da coisa julgada da decisão condenatória e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	344
10.9.2	<i>A força executiva do título judicial e a coisa julgada</i>	346
10.9.3	<i>Coisa julgada e eficácia preclusiva: a situação do assistente</i>	350
10.9.4	<i>O alcance da coisa julgada das decisões coletivas e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	351

II. TUTELAS PROVISÓRIAS NA DEMANDA DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

11.1	<i>O processo e o tempo: as tutelas de urgência e de evidência</i>	355
-------------	---	------------

11.2	<i>A antecipação da tutela</i>	358
11.2.1	<i>A antecipação da tutela condenatória e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	359
11.2.2	<i>A antecipação dos efeitos das tutelas declaratória e constitutiva e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	361
11.3	<i>A tutela cautelar e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	363
11.3.1	<i>O arresto cautelar antecedente ou na pendência de pedido de desconsideração da personalidade jurídica</i>	364
11.3.2	<i>A indisponibilidade dos bens particulares dos sócios e administradores da sociedade</i>	367
11.3.3	<i>A indisponibilidade dos bens dos administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial</i>	369
11.3.4	<i>A produção antecipada de provas e a desconsideração da personalidade jurídica</i>	370
12.	CONCLUSÃO DA PARTE II	374
	BIBLIOGRAFIA	379